26 de novembro de 2026

Discurso do Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, na cerimônia de encerramento do Curso Internacional de Direito Constitucional para Magistrados e Assessores Jurídicos dos Países de Língua Portuguesa (CJCPLP)

Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento com especial deferência o professor Dr. António José Avelãs Nunes, catedrático de Economia Política da Universidade de Coimbra, que nos concede a honra de proferir, na manhã de hoje, a conferência magna deste último dia deste curso internacional de Direito Constitucional para magistrados e assessores jurídicos da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa.

Saúdo os colegas magistrados que estão aqui conosco à mesa, bem assim todos e todas os presentes, magistradas, magistrados, assessores e assessoras. Saúdo o estimado professor Fernando Scaff, do nosso Centro de Estudos Constitucionais, que, ao lado da professora Christine Peter, a quem também saúdo, organiza e leva a efeito este evento.

Quero, nesta introdução, dirigir-me de maneira especial às alunas e aos alunos deste curso que finalizamos. São magistradas, magistrados, assessoras e assessores jurídicos de Angola, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e do Brasil. Por isso, em nome do Supremo Tribunal Federal, agradeço a vossa presença, a dedicação nesses dias em que o curso já se desenvolveu, bem assim a generosidade da vossa presença.

Sou grato também às professoras e aos professores que deixaram os seus tribunais e as suas cátedras para aqui estar e para ensinar. E também, não raro, sobretudo, para aprender e apreender.

Esse curso nasce de uma história que merece ser lembrada e que rapidamente lhes mencionei por ocasião da solenidade de abertura. Era 2009, e o então presidente deste Tribunal, hoje decano da Corte, ministro Gilmar Mendes, e os presidentes dos Tribunais Constitucionais de nossos países articularam pioneiramente uma presente formulação dessa iniciativa, hoje estendida e ampliada, que aqui se leva a efeito.

Foi por meio desses esforços que a cooperação entre os Tribunais Constitucionais e as Cortes Supremas da CPLP deixou de ser um acordo no papel para se tornar convivência, ao mesmo tempo interpelação e diálogo comparado.

E, neste circuito, sob a condução de nosso Centro de Estudos Constitucionais, que criamos tão logo se iniciou a nossa gestão na presidência deste Tribunal, os objetivos do curso foram expressos desde o início: fortalecer redes permanentes de cooperação horizontalizada entre magistrados, assessores, pesquisadores e instituições; examinar comparativamente os fundamentos, as instituições e os mecanismos de proteção constitucional em cada ordenamento jurídico; identificar as convergências e dissonâncias diante dos desafios contemporâneos, quer do Estado de Direito, quer da democracia, quer ainda dos direitos fundamentais; e, com isso tudo, contribuir para o aperfeiçoamento da atividade jurisdicional.

Estou mais do que seguro de que esses objetivos foram alcançados e renderão fruto.

Dos dois lados do oceano, aqui e além-mar, partilhamos uma língua e, com ela, uma tradição jurídica de raiz comum, que cada povo reinventou com a sua própria história. São obras de tempos e países distintos, não raro marcadas por inúmeras dificuldades e circunstâncias históricas que vincaram cada um dos seus povos. Nada obstante, obras alicerçadas pelo princípio de que todo poder se limita pelo direito e todo poder se legitima pelos direitos.

Compará-las não é buscar uniformidade; é reconhecer nas diferenças caminhos alternativos para problemas comuns. Se não fosse por outra razão, bastaria reconhecer que tais problemas já não respeitam fronteiras. Dentre eles, a erosão da confiança nas instituições, a revolução tecnológica, a desinformação, as pressões sobre a independência judicial: tudo isso se faz presente. E tudo isso se enfrenta melhor quando nenhuma Corte enfrenta esses desafios sozinha. Quem já dividiu uma sala de aula, um café e muitas dúvidas nesse curso saberá a quem recorrer.

Chegamos, assim, ao último dia. E é significativo que ele se abra com uma conferência cujo título pode ser uma provocação, qual seja, o título: “O centro do mundo está a deslocar-se”. Quem nos fala é alguém que dedicou a vida a examinar como se movem os centros de poder.

E, nesta altura, para saudar a presença do professor Dr. António José Avelãs Nunes, gostaria brevemente de lembrar, como fiz em recente evento acadêmico na Unisinos,

que vivemos uma época de extraordinárias transformações. A inteligência artificial modifica as condições de produção do conhecimento. A economia reorganiza suas estruturas. A comunicação digital transforma as relações humanas.

Por isso, peço licença para voltar a um exemplo que recorre à mitologia grega, que oferece uma imagem especialmente expressiva para compreender as perplexidades desse nosso tempo íngreme, complexo, volátil e, ao mesmo tempo, rugoso. Refiro-me ao fio de Ariadne.

Segundo a narrativa, Teseu ingressou no labirinto de Creta para enfrentar o Minotauro. O desafio não consistia apenas em vencer a criatura que habitava seu interior. Era necessário encontrar o caminho de volta. O labirinto representava uma estrutura de percursos entrecruzados, passagens semelhantes e direções incertas.

Ariadne entregou a Teseu um fio. Com ele, seria possível percorrer o labirinto, enfrentar o monstro e não perder a referência do retorno. O fio, portanto, não eliminava o perigo, não dispensava a coragem, não substituía o discernimento. Ao contrário, oferecia uma orientação capaz de impedir que a complexidade se transformasse em desorientação.

Talvez poucas metáforas sejam tão adequadas ao nosso tempo. A humanidade dispõe de recursos científicos e tecnológicos extraordinários que vincam ainda mais a exclusão social, econômica e cultural. Produzimos conhecimento em velocidade sem precedentes e de distribuição assimétrica. Desenvolvemos sistemas capazes de realizar operações que até pouco tempo atrás eram reservadas à imaginação. Transformamos a economia, a medicina, a educação e as comunicações, mas temos muitas questões cujas respostas estamos a dever.

Isso significa que sabemos cada vez mais sobre meios, mas nem sempre sabemos com a mesma nitidez quais fins perseguir. Multiplicamos as informações, mas não necessariamente ampliamos a compreensão. Aceleramos decisões; não obstante, não invariavelmente aperfeiçoamos adequadamente os critérios pelos quais decidimos.

Por isso, o labirinto contemporâneo não resulta da ausência de caminhos; resulta de um paradoxo do excesso de vias que vêm sem referências suficientemente compartilhadas ou simetricamente distribuídas.

Por isso, especialmente no Brasil, a Constituição democrática é um dos fios de Ariadne da dimensão civilizatória contemporânea para manter o Estado de Direito Democrático,

para manter os direitos fundamentais e atravessar a incerteza sem perder esses compromissos da liberdade, da igualdade e da dignidade humana.

Por isso, no dia de hoje, teremos a honra e o prazer de ouvir um dos maiores expoentes e uma das grandes vozes que há dos dois lados do Atlântico sobre os temas da economia política.

Saúdo, assim, o professor António José Avelãs Nunes, que, sem favor algum, é mestre de gerações, cuja vida e obra honram a tradição do pensamento crítico da Universidade de Coimbra e constituem patrimônio intelectual compartilhado também pelos dois lados do Atlântico, aqui e nos países da CPLP.

Seu percurso acadêmico é testemunho de que a produção do conhecimento não se dissocia da responsabilidade perante a sociedade. Ao investigar as relações entre o direito, a economia e a política, Avelãs Nunes jamais perdeu de vista as questões fundamentais de nosso tempo: os modos de produção da vida material, a própria liberdade, a igualdade, a democracia e a justiça.

Sua obra nos ensina que a economia não é um domínio imune às escolhas políticas, que o direito não pode ser compreendido à margem da realidade social e que a democracia não se realiza plenamente sem condições materiais de existência digna.

Há em seu magistério uma lição que mesmo atravessa gerações: pensar é também resistir. Resistir à naturalização das desigualdades. Resistir à submissão do conhecimento aos meros interesses do poder. Resistir à renúncia da capacidade humana de transformar a realidade.

Eu e o professor Scaff, dentre tantos, somos no Brasil, especialmente, testemunhas de que nós devemos muito à contribuição intelectual e, mais do que isso, à disposição permanente do professor Avelãs Nunes de construir pontes. Saudá-lo, portanto, é reafirmar esse espaço de compromisso, esse espaço do pensamento com a emancipação humana.

E permito-me acrescentar, para concluir essa breve introdução e saudação, que, no plano pessoal, tenho uma dívida intelectual de gratidão e faço aqui o reconhecimento pela convivência e alegria de uma amizade genuína que o tempo consolida e a distância não diminui.

Receba, professor António José Avelãs Nunes, a expressão do acolhimento afetuoso nesta casa que é o Supremo Tribunal do Brasil, mas, ao mesmo tempo, no dia de hoje, é a casa dos povos da CPLP, com a expressão do nosso mais profundo respeito.

E a palavra é vossa. Muito obrigado.